

Acreditaste no fim, porque viste o fim das coisas, e elas se transformam.

Acredita na tua eternidade, e já terás com isso conseguido superar um pouco a tua limitação.

Que as minhas palavras te sirvam para o futuro. Falei-te com a simplicidade de tua língua, e espero não mais ouvir as tuas queixas que aborrecem os meus celestiais ouvidos!

Todas as imagens que de mim criaste tornam-se ridículas e ofensivas. Não criticarei a tua maneira de me conceber. Não sou o Deus que exige a cada instante um sacrifício, que, a cada momento, quer os teus pensamentos voltados para mim. Não seria Deus se carecesse de sacrifícios para poder aplacar a minha ira, nem me ofendo por procurares descobrir quem sou. Em cada uma das tuas épocas terás de mim uma definição, e esta nunca há de te satisfazer. Mas ouve: precisamente por isso deves te alegrar.

Farás de mim tantas imagens quantos os teus instantes, na vida. Em vez de me definires, ensinar-te-ei a maneira de me encontrares. Busca-me . . . É nessa busca que me terás a teu lado. Quando me atingirás? Que te interessa saber o quando, se mal iniciaste a jornada? Põe-te a caminho. Realiza a ti mesmo, sempre além de ti mesmo. Com isto te aproximarás de mim. Eu estarei em todas as épocas, sempre distante eu serei o teu ideal. Em vez de procurares transformar-me em ti, homem, transforma-te em mim.

Não me definirás mais pelas tuas qualidades, mas procurarás a tua definição pelos meus atributos. É esse o caminho que indico, e que te levará até mim. Vai!



Mário Ferreira dos Santos
(Extraído do livro "Assim Deus Falou aos Homens"; Livraria e Editora Logos, São Paulo, 1959)

Aristocracia e Democracia

Jorge L. García Venturini

(dezembro/74)

Devido a alternativas semânticas sofridas no transcurso do tempo, estes vocábulos pareceram ter significados opostos. A participação de todos na coisa pública foi denominada *democracia* (embora, como forma de governo, o nome correto fosse *república*), e, como tal, se confrontava com a participação de apenas uns poucos, o que se denominava *aristocracia* ou, também, *oligarquia*, termos estes que se usam indistintamente, o que tampouco é correto. A democracia — em linguagem superficial e convencional — costuma assim representar o contrário da aristocracia. Isto porém, requer uma maior atenção, já que por trás de um falseamento semântico se esconde sempre um falseamento conceptual e entram em jogo princípios fundamentais.

Se por *aristocracia* entendemos uma classe social que por sua linhagem encontra-se investida de numerosos privilégios, entre eles o de governar, sendo estes

privilégios hereditários e inalteráveis, não importando quais sejam os verdadeiros valores éticos ou a efetiva capacidade para governar, é certo que a democracia (e a república) lhe são contrárias. Mas ocorre que *aristocracia* significa também e fundamentalmente "o governo dos melhores" (*áristos* significa, em grego, o melhor), e neste sentido a democracia não tem por que opor-se à aristocracia — a menos que se deseje algo que não se deveria desejar, ou seja, o governo dos piores. Não obstante, a incúria na linguagem, que nos faz dizer às vezes o que não queremos dizer, tem-nos levado com muita frequência a associar aristocracia com oligarquia, que não é o governo dos melhores mas o de uns poucos (e, segundo seu tradicional sentido, o governo "egoísta" desses poucos), fazendo confrontarem-se democracia e aristocracia, no elevado sentido deste termo.

E como a linguagem nos condiciona e

mesmo nos determina — como diriam os estruturalistas, “eu não sou falado” —, em não poucas consciências *democracias* passou a significar ou a implicar a mediocridade, a mediania (a chamada *mediocracia*), ou diretamente a possibilidade de atingirem o poder os menos aptos, os inferiores, até os incapazes e os piores. Há casos em que já não se trata de aristocracia nem de democracia, mas abertamente de *kakistocracia* (1).

Em nossos dias todos se autodenominam democráticos, quase não havendo quem se diga aristocrático; este termo pode chegar a ser quase um insulto. E isto é muito grave. Porque ao socairo dos termos mal empregados, veio-se perdendo o sentido do melhor, deslocado paulatinamente pelo conformismo ante o medíocre e até, de fato, pela aceitação do pior. E o mais triste é que isto se faça em nome da democracia.

A democracia (preferentemente em seu verdadeiro significado de forma de vida, mas também no sentido de forma de governo) poderá funcionar efetivamente e realizar os elevados propósitos que lhe são atribuídos pelos que nos chamamos democráticos, somente quando não se oponha à aristocracia, mas se complementa e se impregne por ela. Por ser democráticos, haveríamos de não aspirar ao governo dos melhores? Em nome da democracia, haveríamos de aplaudir o governo dos piores?

E perceba-se uma coisa. Que isto de “governo dos piores” não são meras palavras. Há casos na história em que diversas circunstâncias fazem possível a tomada do poder por aqueles que são rigorosamente os piores, tanto por seus turvos antecedentes quanto por sua frágil moral, por sua ausente capacidade e outros rasgos afins.

O ideal aristocrático está presente na melhor tradição ocidental. Já na epopéia homérica o conceito de *areté* (da mesma raiz que *áristos*) é o atributo próprio e indeclinável da nobreza. *Areté* é o valor, o talento, a honra, a virtude, a capacidade, o senhorio. Nos filósofos clássicos e nos tempos médios sempre se afirma a necessidade do “governo dos melhores”, embora jamais tenha sido fácil conseguir a fórmula para realizá-lo. O próprio Rousseau, inteligentemente, assinala como a melhor forma de governo não a *democracia* (que ele entende no sentido de exercício direto do poder pela multidão), mas sim a *aristocracia* eletiva, convencido de que do sufrágio surgiriam os melhores, embora reconhecesse que o procedimento pode falhar. Porém o que nos inte-

ressa destacar aqui é que um homem do século XVIII, um porta-voz da revolução, um antimonarquista e anti-aristocrático (no sentido da aristocracia classista e hereditária) haja insistido no vocábulo *aristocracia* para designar a forma ideal de governo.

Em nosso século temos o caso não já de um pensador mas de um político ativo, que constitui um verdadeiro modelo do que queremos dizer. Trata-se de Winston Churchill, o maior dos democratas e o maior dos aristocratas. Seu sentido democrático foi realmente excepcional. Ninguém defendeu com tanta lucidez e decisão a democracia, como forma de governo e como forma de vida. A ninguém deve tanto a democracia. Teve até o gesto de não aceitar como prêmio (coisa que não fizeram seus colegas, inclusive trabalhistas) um título de nobreza, conformando-se com o de *sir*, porque do contrário não poderia continuar freqüentando a Câmara dos Comuns, seu templo, sua trincheira. Ele era antes de mais nada um *child of the House of Commons*, como tantas vezes se autoqualificava em seus brilhantes discursos. Não obstante, nunca deixou de ser *lord*, que já o era por sua linhagem, um senhor do espírito, em seus gestos, em suas palavras, em seus hábitos e em seu talento, cabal personificação da velha *areté* homérica e cavalheiresca.

Perigosa tendência de nosso tempo de *mediocrizar*, de igualar pelo mais baixo, de afastar os melhores, de aplaudir os piores, de seguir a linha do menor esforço, de substituir a qualidade pela quantidade. A verdadeira democracia nada tem a ver com essas módicas aspirações. Não pode ser processo para baixo, mera gravitação, mas esforço para cima, ideal de perfeição. E isto é válido tanto para a consciência individual quanto para a coletiva, que interagem entre si. Dizia muito bem Platão que “a qualidade da *polis* não depende dos carvalhos nem das rochas, mas sim da condição de cada um dos cidadãos que a integram”.

O cristianismo e o liberalismo, cada um em seu momento, foram grandes promotores sociais, pois quebraram estruturas excessivamente rígidas e fizeram com que os de baixo pudessem chegar em cima. Em tal sentido, foram dois grandes processos democráticos. Mas nenhum de seus teóricos advogou pela mediocridade nem renunciou ao “governo dos melhores”. Só o populismo atual, que não é democrático, e sim totalitário, abjura o ideal aristocrático e entroniza os inferiores. Que lástima!

(1) *Kakistoi*: os piores; quer dizer, então, “governo dos piores”. Achamos que seria ilustrativa a divulgação deste vocábulo, em vista das circunstâncias que atravessamos.

(março/75)

No artigo anterior procuramos reivindicar o termo e o conceito de *aristocracia*, tão menosprezado em nossa época. Ali apresentamos as razões históricas e conceptuais que mostram que a *democracia* — para ser autêntica, e não mera palavra oca ou simples mecanismo eleitoral que proclama o triunfo da metade mais um — longe de opor-se à aristocracia devia completar-se e impregnar-se de seu espírito, quer dizer, longe de abjurar do governo dos melhores (aristocracia) devia a ele aspirar, sob o risco de deixar de ser democracia. Também advertimos que parecia existir uma tendência geral (de toda ordem, e não apenas em questão de governos) a buscar ou conformar-se com *os piores*. Daí, afirmávamos ainda, resulta que às vezes tem acesso ao poder um conjunto de indivíduos que por seus turvos antecedentes, por sua frágil moral, por sua ausente capacidade e outros rasgos afins, conformam "o governo dos piores", e então se nos ocorreu propor, para denominá-lo, o termo "kakistocracia".

Posteriormente, e não sem satisfação, percebemos que o termo encontrou eco em distintos colaboradores desta página (2) e em outras publicações e meios. Ocorre que as palavras nascem e se impõem quando há coisas a designar. Se o termo em questão provocou eco, foi simplesmente porque se carecia de sua presença. E precisamente por tudo isto desejamos fazer mais algumas considerações a respeito.

Já nos foi dito e temos lido que *kakistocracia* é sinônimo, ou seria o mesmo que *chantocracia*, vocábulo formado não sem certa arbitrariedade a partir de uma expressão da gíria portenha (*chanta*) e de uma desinência grega (*kratia*). Sem tirar toda validade deste termo, devemos assinalar que não existe tal sinonímia, pelo menos com referência ao sentido que quisemos dar a "kakistocracia". O *chanta* é essencialmente um ebaucador, um embusteiro, um maledicente, alguém que fala muito sem dizer nada; a rigor, um trapalhão, conforme designa o dicionário àquele "que não faz o que diz" e "ao que faz mal alguma coisa". O *chanta*, na gíria portenha, designa, pois, um personagem nada recomendável mas não demasiado prejudicial (a não ser por sua ca-

pacidade de confundir as coisas), e em definitivo, diríamos, quase inocente.

Pelo contrário, *kákistos*, em grego, é o superlativo de *kakós*, que significa "mau", e também "sórdido", "sujo", "vil", "incapaz", "perverso", "nocivo", "funesto" e outras coisas semelhantes. Logo, se *kakós* significa mau, *kákistos*, superlativo, significa o pior. Plural de *kákistos* é *kakistoi*, ou seja, *os piores*. Daí que se nos ocorreu *kakistocracia*: governo dos piores.

Parece-nos que surgem claras as diferenças entre o "chanta" e o *kákistos*. Há vários matices, mas há sobretudo um aspecto moral; o "chanta" pode ser — e frequentemente o é — inocente; o *kákistos*, no sentido empregado, é absolutamente responsável e inculpável. Além disso, é o pior.

O significado profundo e real de *kakistocracia* só se apreende em contraposição com *aristocracia*. Ademais, se se designa ao "governo dos melhores" como *aristocracia*, e inclusive circula outro termo de mais recente gestação — *mediocracia* —, por que não cunhar um vocábulo que designasse não já aos mediocres, mas decididamente aos piores? Ou será que os piores não têm acesso aos governos? Ignoramos que haja alguma lei — escrita pelo menos — que o impeça. E se essa lei existe, já foi, de fato, violada.

Quando um grupo ou um povo cede em seu afã de promover os melhores, entra indefectivelmente em um tobogã, e, passando pelos mediocres, termina com os piores. Não estamos aqui questionando formas de governo ou modos de eleger governantes. Este é outro tema que talvez abordemos em outra oportunidade. Trata-se fundamentalmente de um espírito, de uma inspiração, de uma exigência profunda da consciência individual e coletiva. Trata-se de tender para baixo — mera gravitação — ou de tender para cima — afã de perfeição. Trata-se de exigir e exigir-se menos ou de exigir e exigir-se mais. Trata-se, enfim, de ser rebanho ou de sentir-se e atuar como pessoa humana. Porque a *kakistocracia* não é apenas um atentado contra a ética — já de por si infinitamente grave — mas também contra a estética, uma falta de bom gosto.

Extraído de "La Prensa", Buenos Aires - Argentina

(2) Refere-se a "La Prensa", Buenos Aires, Argentina.